



Índice

- 01 [Ronaldo e Luciano vão à aldeia indígena onde futebol não é conhecido](#)
- 02 [Índios aprendem a operar máquinas em Campo Novo do Parecis \(MT\)](#)
- 03 [Índio invade livraria armado de faca, faz reféns e rouba dinheiro](#)
- 04 [Autoridades buscam solução para a Casa de Passagem para Índios em Londrina](#)
- 05 [Índios são flagrados cobrando pedágio de R\\$ 100,00 em rodovia de MT](#)
- 06 [Índios pataxós de Coroa Vermelha prometem ritual pelo título alemão](#)
- 07 [Memorial dos Povos Indígenas ficará fechado a partir desta segunda](#)
- 08 [Jogos Urbanos Indígenas recebe inscrição a partir de segunda-feira](#)
- 09 [Homologação urgente e necessária da Terra Indígena Morro dos Cavalos](#)
- 10 [Aldeias indígenas de Rondônia recebem apoio técnico para produção de alimentos](#)
- 11 [Nascido em quilombo, homem de 126 anos pode ser o mais velho do mundo](#)
- 12 [Juiz decreta prisão de assassinos de quilombola](#)
- 13 [FIG vai fortalecer tradições quilombolas pernambucanas](#)
- 14 [Comunidade quilombola em Itapecuru-Mirim é reconhecida pelo INCRA.](#)
- 15 [São Paulo vai reconhecer 12 comunidades quilombolas](#)
- 16 [Povo das Águas atende ribeirinhos a partir de amanhã](#)
- 17 [Organizado por João Pacheco de Oliveira e Clarice Cohn, "Belo Monte e a Questão](#)



[Indígena" pode ser baixado aqui](#)

- 18** [Índios se negam a deixar área ocupada em Londrina](#)
- 19** [Projeto Quilombos Sustentáveis busca criar segunda geração de políticas de inclusão](#)
- 20** [Área de conflito indígena tem reforço policial da Força Nacional e PM na BA](#)
- 21** [Conflito entre indígenas e camponeses gera onda de violência em povoado](#)
- 22** [Área de conflito indígena tem reforço policial da Força Nacional e PM na BA](#)
- 23** [Definida a programação da 66ª Reunião Anual da SBPC](#)
- 24** [Na Costa Rica, comunidade indígena que luta pela restituição de terras é vítima de ataque violento](#)
- 25** [Comunidade indígena vai ter água potável pela primeira vez em 12 anos](#)
- 26** [Dois jogadores alemães compraram terrenos para curtir férias na Bahia](#)
- 27** [Agronegócio indígena no Mato Grosso](#)
- 28** [Belo Monte: Justiça rejeita pedido para suspensão das obras](#)
- 29** [Eunápolis: MST realiza encontro regional](#)

Ronaldo e Luciano vão à aldeia indígena onde futebol não é conhecido

SÍTIO GLOBO.COM, 12.07.2014



Em aventura no Pará, índios usaram a bola para brincar de arco e flecha

Foram três longos anos de negociações para a realização desta matéria em uma aldeia indígena no Pará que não conhece o futebol, que é praticamente uma marca registrada do Brasil. E para esta aventura, nada melhor que a companhia de Ronaldo Fenômeno, um dos nossos maiores ídolos das quatro linhas.

"Está sendo maravilhoso. É um golaço mesmo se puder comparar com a sensação que estou sentindo. Tudo está sendo incrível, é um povo muito educado, muito carinhoso", disse Ronaldo sobre a tribo Zoé, que vive de uma maneira bem isolada e mal fala a língua portuguesa. Luciano e Ronaldo ficaram impressionados com o modo de vida dos índios, rituais e rezas. Os integrantes da tribo usam uma espécie de madeira na altura do queixo para diferenciá-los de outros índios.

Mas o ponto alto da viagem foi justamente a troca de experiências. Enquanto os índios mostraram os seus rituais e danças, Luciano e Ronaldo levaram uma bola para mostrar para a tribo e os índios tentaram até fazer embaixadinhas e tudo virou uma brincadeira entre eles. Mas não teve jeito: os índios preferiram usar a bola para brincar de arco e flecha.



Índios aprendem a operar máquinas em Campo Novo do Parecis (MT)

SÍTIO CBN FOZ, 12.07.2014

No Oeste do estado, o projeto "Agricultura mecanizada" que ensina índios a operarem máquinas e equipamentos agrícolas é desenvolvido há dez anos nas reservas Pareci e Utariti por iniciativa de quatro associações indígenas. O projeto tem ainda o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e beneficia cerca de três mil índios.

Desde então, a venda da safra é feita amparada por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o Ministério Público Federal. A renda gerada é usada para a compra de equipamento e contratação de pessoal para o trabalho nas lavouras. As máquinas modernas são compradas com recursos do projeto e exigem operadores capacitados que fazem um treinamento de uma semana.

São cultivadas as culturas de arroz, feijão, soja e milho e os índios que trabalham na lavoura podem contar com uma renda, paga pelas associações, que varia de um a três salários mínimos.

Foram investidos 48 mil reais em um curso para capacitar os indígenas. Um grupo de 50 parecis e manokis aprendeu nesta safra a pilotar plantadeira, colheitadeira e pulverizador.

O coordenador do projeto, Arnaldo Zunizakae, conta que a legislação é uma das coisas que proíbe a agricultura na terra indígena desenvolvida por terceiros. Pensando nisso, o projeto busca a independência dos indígenas das duas reservas, para que tenham condições de desenvolver a agricultura.

A organização de uma cooperativa, que dá o poder de comercializar a produção, é outra proposta que conta com o apoio da Funai, para legalizar de vez o projeto. "Estamos buscando licenciamento dessas áreas para que possamos produzir e comercializar nosso produto, dar uma origem pra esse produto que está sendo desenvolvido aqui dentro das reservas", diz o coordenador.

Com acompanhamento da Funai, o projeto vem dentro de um planejamento para que possa trazer a satisfação das comunidades indígenas, melhorando a sua alimentação, geração de trabalho, a renda. "Ele também entra na questão da habitação dentro das comunidades indígenas e até mesmo saneamento básico. Tem uma diversidade de benefícios sociais que acabam afetando de uma forma positiva nossas aldeias", diz Genilson Kezomae, coordenador de administração da Associação Waymare.



Índio invade livraria armado de faca, faz reféns e rouba dinheiro

SÍTIO A REDE, 12.07.2014

De acordo com a PM de Ortigueira, assaltante seria um indígena que mora nas proximidades; ele usou uma faca para roubar livraria

A Polícia Militar prendeu, no início da noite de ontem (11), um indígena suspeito de usar uma faca para roubar uma livraria na cidade de Ortigueira, na região dos Campos Gerais. De acordo com a PM, o rapaz invadiu o estabelecimento, que fica na Avenida Brasil, e ameaçou os funcionários. Ele conseguiu fugir com cerca de R\$ 107 e um celular de uma cliente. Ninguém ficou ferido.

A PM foi acionada e cerca de três quadras depois, na Avenida Paraná, o suspeito foi abordado ainda com o dinheiro do crime e uma faca com 18 centímetros de lâmina. Ele foi dominado e desarmado pelos policiais. O rapaz, que não teve o nome divulgado pelas autoridades, foi preso e encaminhado à delegacia da Polícia Civil.



Autoridades buscam solução para a Casa de Passagem para Índios em Londrina
SÍTIO O DIÁRIO, 12.07.2014

Uma reunião na Câmara Municipal de Londrina, retomou na sexta-feira (11), a discussão sobre a Casa de Passagem para os índios. Dezenas de índios kaingangs estão, há várias semanas, acampados no antigo Centro cultural Kaingang, às margens do Ribeirão Cambezinho e da Via Expressa, na região sul de Londrina.

Coordenada pelo vereador Roberto Fú (PDT), a reunião reuniu vereadores, representantes da prefeitura, do Ministério Público e da Fundação Nacional do Índio (Funai), que se comprometeram a retomar o conhecido projeto de construção de uma Casa de Passagem para a comunidade indígena na zona urbana de Londrina. Atualmente, os índios acampados na área do antigo Centro cultural defendem a permanência naquele local e que a obra seja feita lá. Já a Funai afirma possuir os recursos para a obra, aguardando apenas a indicação do terreno, pela prefeitura, para a construção.

Roberto Fú disse que o local seria utilizado como moradia provisória e rotativa dos índios que permanecem curtos períodos na área urbana de Londrina para a venda de artesanato. "A rotatividade garantiria que grande parte dos moradores das aldeias indígenas de Londrina e região pudessem ter a mesma oportunidade de venda do seu artesanato", argumentou.

Centro Cultural

A proposta de construção da Casa de Passagem no antigo Centro Cultural Kaingang exige, porém, que as partes transponham algumas barreiras. Uma delas é a questão ambiental, por estar num fundo de vale do Ribeirão Cambezinho. Já o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (Ippul) anunciou que já avaliou a possibilidade da construção de 16 casas na Área de Preservação Permanente do Ribeirão Cambezinho.

outro entrave é a necessidade de assinatura de um acordo entre as partes envolvidas, estabelecendo prazo para início e conclusão das obras, condição exigida pelos líderes indígenas para a transferência das famílias que hoje residem naquele local, para a área da antiga Central de Moagem, nas imediações das Chácaras São Miguel, na zona sul de Londrina.

"Não podemos mais permitir que os índios fiquem naquele local (antigo Centro Cultural Kaingang), acomodados em barracas, sem nenhuma estrutura, sendo que a proposta da Casa de Passagem já foi discutida várias vezes. Precisamos resolver esta situação", disse o vereador.

Na segunda-feira (14), às 11h30, o assunto voltará a ser debatido pela Câmara Municipal, prefeitura e comunidade indígena, desta vez, no gabinete do prefeito Alexandre Lopes Kireeff (PSD).

CONT.

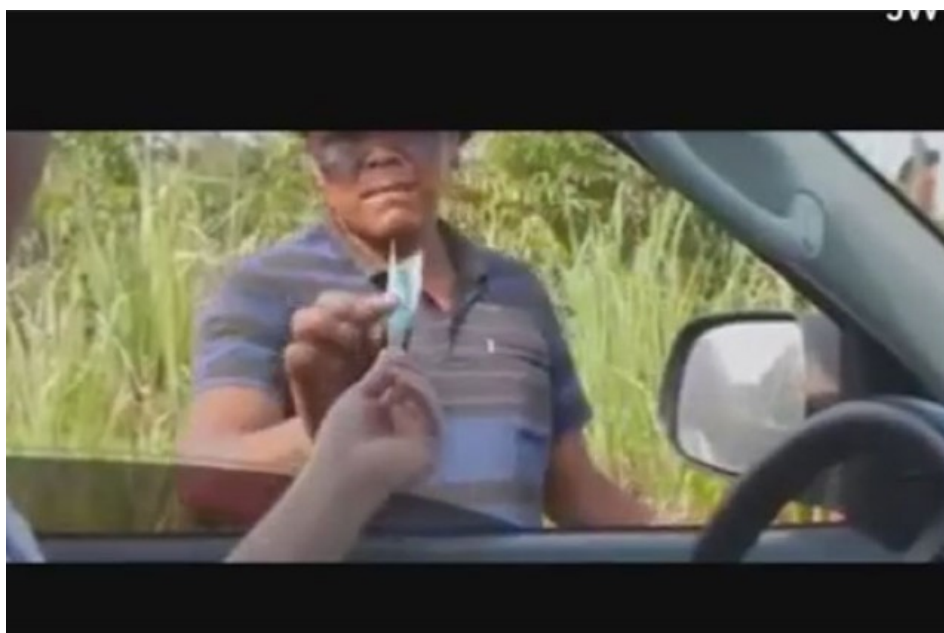


Boletim de Notícias - Edição nº 119 / 2014

Brasília, 14 de julho de 2014.

Além do vereador Roberto Fú e dos representantes da comunidade indígena, participaram da reunião os vereadores Tio Douglas (PTB) e Vilson Bittencourt (PSL); a vereadora Elza Correia (PMDB); a promotora do Meio Ambiente, Solange Vicentin; os representantes da Prefeitura José Luiz Vicente e Thiago Augusto Domingues; e a representante da Funai, Lázara Darlene Bittencourt.

Índios são flagrados cobrando pedágio de R\$ 100,00 em rodovia de MT
SÍTIO 24 HORAS NEWS, 12.07.2014



Produtor se diz indignado com a situação porque paga tanto na ida como na volta

Um vídeo foi feito por um motorista e seu passageiro que passavam pela MT-170, na ponte do Rio Juruena no município de Juína, no Noroeste de Mato Grosso, mostra como os índios estão agindo na região. O vídeo foi postado nas redes sociais por Rogerio Zimmermann de Negreiros. Com duração aproximada de 2 minutos, tem gerado polêmica e controvérsias e muitas críticas.

Logo no início, o passageiro do veículo, começa a comentar enquanto filma a rodovia, com madeiras espalhadas, como sinal de alerta aos condutores: "É isso que acontece aqui no Brasil", diz, referindo-se ao fechamento de uma rodovia no Estado de Mato Grosso por indígenas. Instantes depois, o condutor reduz a velocidade e é abordado por um homem que está na rodovia, em seguida, um diálogo começa.

O condutor, que preferiu não se identificar, tenta negociar com o indígena, propondo pagar R\$ 50,00. O silvícola é taxativo: "Não passa". O índio, com uma flexa nas mãos, diz que precisa cobrar os R\$ 100,00 para atender a comunidade. O valor é cobrado tanto para quem segue de um lado da rodovia como quem está voltando. "Quando eu voltar tenho que pagar de novo?" - ele questiona. O índio confirma.

Índios pataxós de Coroa Vermelha prometem ritual pelo título alemão
SÍTIO CORREIO 24 HORAS, 12.07.2014

Alemães estão financiando um projeto para que, até a próxima Copa, os alunos de uma escola estudem em tempo integral



O ritual manda que as orações sejam proferidas na língua nativa, no caso, o paxoram. Nos cachimbos vão as ervas medicinais. A tribo se reúne num grande círculo. Acende-se o fumo e o ambiente é tomado pelo fumacê e pelo som dos maracás. Inebriados, os índios dançam e rezam. O pajé entra em contato com as entidades espirituais.

Aí só falta um detalhe: a televisão. Isso mesmo. No caso dos índios da tribo Pataxó de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia, a "pajelança" de amanhã não será para curar doenças ou resolver problemas da tribo. Meia hora antes da final da Copa, eles vão se encontrar em frente à casa do pajé Itambé para rezar pela Alemanha de Schweinsteiger, Özil, Khedira e companhia.

Assim que chegaram a Cabralia, alemães participaram de rituais com os índios (Foto: AFP)

A pajelança - ritual que reúne elementos da religiosidade popular, da medicina rústica e de componentes da cultura indígena - é uma prova de que os 33 dias dos alemães na Vila de
CONT.



Santo André, em Cabralia, mexeram muito com todos da região, inclusive com os índios. Não é difícil encontrar indígenas circulando pela tribo vestindo a camisa alemã.

“Vamos fazer essa pajelança pela Alemanha. Primeiro, porque somos brasileiros e eles não podem deixar a Argentina vencer na nossa casa. Segundo, porque foram grandes visitantes nesses dias de Copa. Mostraram ter admiração e respeito a nossa cultura”, diz o cacique José Valério Matos, o Zeca Pataxó, filho do pajé.

Desde que os alemães “invadiram” Cabralia, os índios passaram a ter mais uma seleção para torcer. Isso porque os ‘caras-pálidas’ foram logo demonstrando sua cordialidade. No primeiro treino no Campo Bahia, o quartel-general alemão, os pataxós foram convidados a mostrar sua cultura. Dançaram e tiraram fotos ao lado dos craques.

Ontem, eles foram convidados a participar da última entrevista antes da final. Índios com lanças, cocares e rostos pintados sentaram-se ao lado dos jornalistas. Ao fim da coletiva, receberam um cheque de R\$ 30 mil das mãos do diretor-técnico Bierhof.

“Reunimos os grupos indígenas em um círculo. Acendemos os cachimbos e tocamos os maracás. Aí, em nossa língua, fazemos os nossos pedidos e orações. E os pedidos dessa vez são para que os alemães vençam”, revelou o cacique. Durante a coletiva, o próprio cacique fez esse pedido a Thomas Müller e a Philipp Lahm. “Primeiro falei que eles exageraram demais contra o Brasil e que 2x0 tava bom. Depois, pedi que eles não deixassem a Argentina ganhar”.

Descobrimento

Os alemães chegaram à vila de Santo André, 514 anos depois dos portugueses. Montaram um acampamento de luxo no mesmo local em que os patrícios tiveram o primeiro contato com os índios brasileiros. Ao invés de explorar, os alemães mostraram Santa Cruz Cabralia para o mundo. E com ela, a maior aldeia em população do Brasil, com sete mil indígenas.

“A Copa foi muito boa para a gente. A cidade onde teve a invasão portuguesa agora é conhecida mundialmente, né? Com a publicidade que o governo alemão fez, entramos no roteiro internacional”, afirma o índio Gilmar Gomes Ferreira, 36 anos, o Caruã Pataxó.

Mas, além da visibilidade, os índios também aproveitaram os alemães para pedir ajuda. Eles entregaram um documento à Federação Alemã de Futebol solicitando apoio para pressionar o governo brasileiro na demarcação das terras indígenas no Extremo Sul da Bahia. Os pataxós de Coroa Vermelha, que vivem da agricultura, artesanato e pesca, querem ampliar seu território, que hoje tem 1,9 mil hectares.

A ampliação, dizem eles, acabaria com os conflitos pela terra na região. “Tenho certeza que se fosse o governo alemão, as coisas já haviam sido resolvidas”, acredita Caruã. Se isso realmente iria acontecer, é difícil afirmar. O fato é que os alemães deixaram marcas eternas em Cabralia.

Além dos R\$ 30 mil, que serão utilizados para a compra de um carro para a tribo, os alemães estão financiando um projeto para que, até a próxima Copa, os alunos de uma escola estudem

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 119 / 2014

Brasília, 14 de julho de 2014.

em tempo integral. Além disso, vão deixar para a cidade toda a estrutura que montaram para a Copa do Mundo. Tanto os campos de treinamentos quanto os alojamentos. Quem sabe voltem um dia, de preferência tetracampeões mundiais. Força na pajelança!



Memorial dos Povos Indígenas ficará fechado a partir desta segunda

SÍTIO JORNAL BRASIL, 13.07.2014

Motivo é a desmontagem de exposição no local

A Secretaria de Cultura do Distrito Federal informa que o Memorial dos Povos Indígenas ficará fechado para visitação a partir desta segunda (14) para desmontagem da exposição "Mundo em Movimento: saberes tradicionais e novas tecnologias".

MEMORIAL - Construído em 1987, o Memorial dos Povos Indígenas foi projetado por Oscar Niemeyer em forma de espiral que remete a uma maloca redonda dos índios Yanomami. O espaço tem área construída de 2.984,08 m², com acesso principal por uma rampa. Tem por objetivo mostrar a grande diversidade e riqueza da cultura indígena de forma dinâmica e viva.

Com esse propósito, promove diversos eventos com a presença e a participação de representantes indígenas de diferentes regiões do país. No acervo, há peças representativas de várias tribos, incluindo exemplares da coleção Darcy-Berta-Galvão com destaque para a arte plumária dos Urubu-Kaapor, bancos de madeira dos Yawalapiti, Kuikuro e Juruna, além de máscaras e instrumentos musicais do Alto Xingu e Amazonas, entre outros.

Fonte: Agência Brasília



Jogos Urbanos Indígenas recebe inscrição a partir de segunda-feira

SÍTIO HOJE MAIS, 13.07.2014

Serão abertas, nesta segunda-feira (14), as inscrições para a nona edição do Jogos Urbanos Indígenas de Campo Grande (MS).

A competição, que acontece em 27 de julho de 2014, contempla as modalidades de atletismo, voleibol, futebol society, arco, flecha, lança e cabo de guerra. As quatro últimas são costume indígena e tem o objetivo de resgatar as tradições nas aldeias.

Promovido pela Funesp (Fundação Municipal de Esporte) e representantes da Comunidade Indígena da Capital, o torneio acontece no Parque Ayrton Senna e envolve as etnias terena, guató, kinikinau, guarani-kaiowá e kadiweu. Do Mato Grosso (MT), foram convidadas as etnias xavante e bororó.

Mais informações sobre os Jogos Indígenas podem ser obtidas pelo telefon 3314-3971. As inscrições devem ser feitas na sede da Funesp, em Campo Grande, localizada na Rua Paulo Coelho Machado (antiga Furnas), nº 663, Bairro Santa Fé.



Homologação urgente e necessária da Terra Indígena Morro dos Cavalos
SÍTIO CEDEFES, 13.07.2014

Homologação urgente e necessária da Terra Indígena Morro dos Cavalos da etnia Guarani em Santa Catarina

nós povos indígenas guarani, em nome de nossos irmãos, pais, filhos e toda ancestralidade que veem por nós. solicitamos a vossa excelência, a imediata homologação de nossa terra. Terra indígena do Morro dos Cavalos, município de Palhoça, em Santa Catarina. esperamos já a 20 anos enfrentando todas as dificuldades e etapas para chegarmos até aqui onde estamos.

durante os últimos anos, pela demora do processo demarcatório, algumas pessoas que moram por perto em nome de interesses particulares, tem organizado um forte movimento político para impedir que a gente seja reconhecido. juntamente com algum meio de comunicação. dizendo que nunca existiram indígenas aqui e inventam muitas outras mentiras sobre nossa originalidade. Somos caluniados, difamados, ameaçados e sofremos muitas pressões psicológicas da sociedade Palhocense, Também temos sido alvos de racismo preconceito e discriminação por parte do estado.

Estamos esperando com muita paciência pelo dia que poderemos nossas vidas com dignidade. Aprendemos a ler e escrever na língua da Sra para que chegasse logo este momento.

Portanto estamos diante da Sra neste tempo, na esperança da homologação imediata de nossa terra, de reparar um grande erro histórico.

Homologue nossa terra, nosso futuro, nossa história. Seremos eternamente gratos, por dividirmos este tempo, este lugar com a Sra. PRESIDENTA DA REPÚBLICA: DILMA ROUSSEF atenciosamente;

COMUNIDADE INDÍGENA GUARANI, DA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS.

Fonte: <https://secure.avaaz.org>



Aldeias indígenas de Rondônia recebem apoio técnico para produção de alimentos
SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 13.07.2014

Aldeias da linha 10 e 12, de Guajará- Mirim, receberão o projeto piloto para melhorar agricultura e criação de animais

PORTO VELHO – Um acordo de cooperação técnica ajudará aldeias indígenas de Guajará-Mirim a melhorar a produção de alimentos. Segundo o procurador da República Daniel Dalberto, a necessidade de melhorias na produção de alimentos nas aldeias foi apresentada pelos próprios indígenas ao Ministério Público Federal (MPF). “Eu tenho ido às aldeias e conversado com eles e eles tem demonstrado essa vontade de ter apoio técnico e para a criação de animais”, informou o procurador ao Portal Amazônia.

Aldeias indígenas terão apoio técnico para produção de alimentos, em Rondônia

Apoio técnico ajudará a melhorar alimentação de indígenas. Foto: Reprodução/Shutterstock

Para Dalberto, o apoio técnico é direito dos indígenas. “Eu entendo que temos que respeitar a maneira de viver dos indígenas praticadas a milhares de anos, mas se eles querem produzir alimentos e precisa de técnicas utilizadas pelos pequenos produtores rurais temos que ajudá-los da mesma forma”, considera.

Fazem parte ainda da iniciativa a Secretaria Estadual de Agricultura (Seagri), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Coordenadoria da Fundação Nacional do Índio (Funai) no município.

Demanda

Dalberto explica qual a situação que tem levado os indígenas a procurem melhorias para a produção de alimentos. “Ao visita as aldeias, percebi o crescimento populacional e a necessidade alimentar cresceu. Eles têm uma área de coleta e de caça que ainda consegue suprir a necessidade deles, mas na linha 10 e na linha 12 os indígenas estão cercados por fazendas o que reduz a caça e a pesca. Então fica complicado”, aponta.

E é justamente nas aldeias da linha 10 e 12 que o projeto piloto será aplicado. As primeiras discussões sobre acordo de cooperação técnica ocorreram no início de julho. “Inclusive eu solicitei a presença da chefe do Serviço de Apoio à Geração de Renda da Funai em Brasília, Ana Heloísa Bandeira de Melo porque a Funai de Guajará precisaria que a Funai de Brasília colaborasse também com essa iniciativa visto que é uma situação de muita demanda”, avalia o procurador.

Parceria

CONT.



Também participaram da reunião nos dias 1º e 2 de julho representantes da Funai de Guajará-Mirim e da Emater. Durante a reunião, foi percebido a necessidade de ter o apoio técnico da Emater, mas a instituição não está autorizada a trabalhar com os indígenas. Para resolver esse impasse o procurador Daniel Dalberto pediu uma reunião com o secretário estadual de agricultura e com o secretário executivo da Emater, em Porto Velho.

Segundo o procurador, a Seagri e a Emater se colocaram à disposição para apoiar os indígenas neste projeto com a condição que não haja despejas. "O projeto ser custeado pela Funai foi a condição imposta para que a Seagri e a Emater cooperem. A Funai concordou e disse que vai encaminhar o projeto e se compromete em organizar a logística para que as aldeias recebam o apoio técnico", disse.

Para o procurador, a medida em Guajará – Mirim deve servir de modelo para ser aplicada nas demais aldeias de Rondônia. "Este projeto piloto será iniciado em Guajará – Mirim de onde veio a necessidade, mas nosso objetivo é que se avance para todo o Estado", afirma Daniel Dalberto.

Segundo o procurador, a Funai está responsável pela elaboração dos termos do acordo de cooperação técnica que deve ficar pronto em até 40 dias para apreciação da Seagri e da Emater. Dalberto disse ainda que mesmo antes do acordo com a Emater, um técnico da entidade voluntariamente apresentou um projeto de criação de galinhas aliado a agroflorestas que está em fase de formatação que pode ser aplicado nas aldeias.

Funai

De acordo com coordenador regional da Funai em Guajará- Mirim Adilson dos Santos, o apoio a melhorias da produção de alimentos nas aldeias vem sendo trabalhada em parceria da Funai e Emater na cidade, mas acredita que com o acordo que será firmado o trabalho poderá ser melhorado.

Santos ressaltar o que tem levado os indígenas a precisarem deste apoio. "Houve uma mudança na política indigenista. Antes a Funai era a única responsável pelas aldeias e os chefes de postos- que moravam nas aldeias- eram responsáveis por organizar o modo de produção, mas aí os chefes de postos foram retirados das aldeias e esse fez parte inclusive de uma luta de autonomia indígena", conta.

Porém, a presença dos chefes de postos levou a dependência das aldeias. "Sem os chefes de postos, as aldeias ficaram sem saber se organizar. Então tivemos uma diminuição da produtividade. E agora há essa necessidade para que volte esta orientação, volte este apoio aos indígenas. Não como o retorno aos chefes indígenas, mas volta na forma de apoio técnico", avalia o coordenador.

Segundo Santos, em Guajará- Mirim, há cerca de seis mil indígenas. Na linha 10 há 21 famílias e na linha 12, seis famílias das etnias Oro Waran, Oro Nao e Oro Mon.

Nascido em quilombo, homem de 126 anos pode ser o mais velho do mundo

SÍTIO PROGRAMA CIDADANIA, 13.07.2014

José Aguielo dos Santos nasceu em 1888, no Ceará. Ele adora um prato de arroz e feijão, mas não gosta de tomar banho.



O documento de identidade de José Aguielo dos Santos aponta a data de nascimento: 7 de julho de 1888, ou seja, 126 anos. Morador da Vila Vicentina, em Bauru (SP), desde 1973, Zé Aguielo pode ser o homem mais velho do mundo. O G1 visitou a entidade para conhecer um pouco mais sobre a vida deste homem. Com expressão fechada para os desconhecidos, Zé é de pouca conversa, mas com a psicóloga Mariana Canassa da Silva, é diferente.

"Ele interage muito com o grupo apesar do jeito introspectivo. Com as pessoas que ele não está acostumado é mais difícil tirar alguma coisa. Já com a gente ele conversa, brinca e até conta piada", disse. Com uma saúde considerada perfeita pelos médicos, ele adora um prato com arroz e feijão e tem resistência na hora de tomar banho. Além disso, consome em média um maço de cigarro todos os dias.

A idade de Zé Aguielo foi estabelecida por um juiz da Comarca de Bauru após uma entrevista detalhada. A cidade natal do idoso na certidão é Pedra Branca, no Ceará. O idoso contou que procurou o interior de São Paulo para trabalhar e depois de algumas cidades conseguiu empresa em uma fazenda de café da região de Iacanga (47 quilômetros de Bauru).

Para as pessoas do asilo, Zé lembrou que nasceu em um quilombo de escravos. "Ele contou que tinha uma irmã que batia muito nele e, ao todo, teve cinco irmãos. O local era grande e não havia camas. Além disso, dormia todo mundo junto e que a mãe era escrava. Mas que um dia ela acordou e não era mais escrava".

Já quando atingiu a fase adulta, Zé saiu do Ceará até chegar ao interior de São Paulo para

CONT.



trabalhar na roça. Passou por algumas cidades antes de parar na região de Iacanga. Zé contou que trabalhou em uma fazenda de café e chegou à instituição através dono da propriedade”, informou a psicóloga.

Rotina tranquila

A rotina do homem que pode ser considerado o mais velho do planeta é praticamente igual todos os dias. Ele acorda às 6h30 para o café, que começa às 7h. Depois ele retorna para o quarto para aguardar o banho, que tem auxílio de cuidadores.

No almoço, servido às 11h, Zé prefere bastante arroz e feijão, pouca carne e sem folhagens. No dia da visita do G1, ele usou uma colher para comer arroz, feijão, chuchu refogado e bife à milanesa. E resolveu falar um pouco, mas bem baixo. “Está bom. Gosto mais do arroz e feijão”.

E depois de um rápido cochilo, o idoso volta ao refeitório para um café às 14h. Três horas mais tarde é servido o jantar. Em seguida, outro cochilo e, às 20h, uma ceia com chá, café, bolacha ou pão, para finalmente dormir.

No entanto, uma das coisas que Zé menos gosta é tomar banho. A psicóloga afirmou que às vezes é impossível levá-lo ao chuveiro. “Não gosta e tem dia que ele empaca e dá trabalho para sair do salão e ir tomar banho. E quando ele não quer, não nem fica no quarto. Tem que ficar insistindo. Às vezes, conseguimos dar banho nele às três da tarde. Se ele fala que não é não”.

'Saúde de ferro'

A saúde do idoso é considerada boa pela entidade. Zé caminha sozinho e enxerga bem. “Temos um médico voluntário que vem a cada 15 dias. Exames de sangue são feitos anualmente. Já foi realizado o exame no Zé e ele não tem nada. Não tem colesterol, não tem diabetes, não é hipertenso. Os únicos medicamentos que o idoso toma são uma vitamina e um comprimido para abrir o apetite, que acaba perdendo com a idade”, enfatizou a psicóloga da Vila Vicentina.

Ele fica muito pouco no quarto. Se não está na área sentado e fumando mais um cigarro, Zé pode ser encontrado no refeitório ou no sofá do salão em frente a televisão ou assistindo as atividades da equipe de Terapia Ocupacional. Sobre a questão de cigarro não há diagnosticado nenhum problema com a saúde do cearense. O idoso disse que não há segredo para atingir a idade. “Na verdade a vida vai passando. São etapas. E se cheguei até aqui é porque vivi muita coisa”.

Já nos momentos sozinho, ele é mais desinibido. “Quando ele fica um pouco sozinho começa a cantar. Um pouco enrolado, mas um pouco dá para entender. Não digo que é uma música que conhecemos. É uma moda da época que a gente conhece”, apontou Mariana.

Um dos grandes amigos dele é Odilon Camargo, de 73 anos, companheiro de quarto há 15

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 119 / 2014

Brasília, 14 de julho de 2014.

anos. “Ele para mim é como meu avô. É uma boa pessoa e um grande amigo. A gente conversa e trocamos cigarro também”, avisou.

A psicóloga lembrou ainda que chegar aos 100 anos não é para qualquer um. “É uma grande responsabilidade de toda equipe cuidar do Zé e de todos os outros 47 idosos. É manter os cuidados e fazer com que ele tenha uma velhice digna. O trabalho da psicologia dentro do asilo é com a saúde e com a qualidade de vida deles. Esperamos que muitos outros cheguem nessa idade”, completou a psicóloga.



Juiz decreta prisão de assassinos de quilombola

SÍTIO DIÁRIO DO PARÁ, 13.07.2014

Um rápido e eficiente serviço de investigação de policiais civis da Delegacia de Homicídios, através do delegado Lenoir Cunha, escrivão Flávio Trindade e investigadores Ricardo Moraes e Márcia Virtuoso, conseguiu, ainda dentro do flagrante, prender Eugênio da Silva Pantoja, de 31 anos, conhecido como "Perneta", participante da morte do líder quilombola Artêmio Amaral Gusmão, conhecido como "Alaor", no fim de semana passado. O crime ocorreu nos limites dos municípios do Acará com Tomé-Açu.

"Alaor" era coordenador da comunidade Massaranduba, que integra seis comunidades da Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes de Quilombolas do Alto Acará, e, quando retornava do assentamento Calmaria I, foi assassinado a tiros e golpes de facão por pelo menos seis elementos.

O DIÁRIO acompanhou o trabalho dos policiais civis da Divisão de Homicídios acionados para se deslocar até o local do crime, uma área de difícil acesso depois de 74 quilômetros de estradas vicinais e caminhos percorridos a pé. Os policiais e peritos do Instituto de Criminalística conseguiram atravessar os obstáculos e fazer o levantamento de local de crime.

Com base em informações levantadas sobre quem poderia querer a morte de "Alaor", os policiais da Divisão de Homicídios chegaram até Eugênio, preso na vila do Ipitinga e conduzido até a capital do Estado, onde em depoimento entregou Rogério Pantoja dos Santos, o "Belo", e Atito Dias Gonçalves, o "Tito" ou "Lagarto", como autores intelectuais da morte do líder quilombola.

Segundo o delegado Lenoir, da Divisão de Homicídios, os assassinos estavam preparados para uma chacina no local, mirando mais quatro pessoas, todas da família Amaral, com quem os autores tinham uma rixa antiga por causa de um homicídio creditado à família de "Alaor".

O DIÁRIO acompanhou também o depoimento de Eugênio, que, depois de qualificado pelo escrivão Flávio Trindade, contou detalhes do bárbaro crime que vitimou Artêmio.

O criminoso disse que, na noite do crime, no dia 04 de julho passado, assistiu ao jogo Brasil e Colômbia na casa de um amigo e, por volta das 21h, quando se deslocava para sua residência, no Ipitinga, ao se aproximar de uma ponte, avistou "Tito", seu irmão Rogério e mais dois homens conhecidos como "Chapada" e Alessandro.

Após andar alguns metros, ouviu disparos de arma de fogo e, ao olhar para trás, viu "Tito" efetuar mais dois tiros, enquanto "Chapada" cortava a vítima com um facão, jogando às margens do igarapé Ipitinga. "Eu saí correndo no rumo de casa, mas fui seguido pelo meu irmão Rogério, que me convidou para ajudar a exterminar o restante da família do Alaor", disse Eugênio.

CONT.



Ele teria voltado à cena do crime e atirado três vezes com a vítima praticamente morta, sendo a arma, uma espingarda calibre 28, fornecida por "Tito". Depois deste momento, todos seguiram rumos diferentes. No entanto, o mais horrendo aconteceu pela manhã, quando Eugênio e "Chapada" foram comer uma carne assada na brasa utilizando o facão usado para degolar a vítima. O facão foi batizado por "Chapada" de "facão Artêmio".

Questionado sobre a rixa na comunidade quilombola, Eugênio disse que um homem conhecido como Ademir, irmão de Artêmio, havia sido pago para matar "Tito", que soube do fato e se adiantou para matar quem tinha encomendado sua morte.

Outra querela entre as famílias aconteceu no dia 19 de janeiro de 2012, quando "Tito" foi alvejado pelo irmão da vítima identificado como Ademir. "Tito" já esteve preso por tentativa de homicídio e cumpriu cinco anos preso.

De posse dessas informações privilegiadas, o delegado Lenoir Cunha solicitou na justiça a prisão preventiva de Rogério Pantoja dos Santos, o "Belo", e Atito Dias Gonçalves, o "Tito" ou "Lagarto", além de Eugênio da Silva Pantoja, todos concedidos pela justiça no fim da tarde desta sexta-feira (11).

(Diário do Pará)



FIG vai fortalecer tradições quilombolas pernambucanas

SÍTIO BLOG DO DARCIO RABELO, 13.07.2014

Quilombos Castainho, Estivas e Timbó vão receber ações de difusão e formação cultural

Durante o Encontro de Povos Tradicionais, que acontece entre os dias 22 e 25 de julho, no Quilombo Castainho, o público do 24º Festival de Inverno de Garanhuns terá a oportunidade de conhecer melhor as tradições culturais das comunidades quilombolas do Agreste pernambucano.

O Polo Castainho, que fica a aproximadamente 5 km do centro da cidade, terá apresentações musicais com percussão afro, danças e grupos de coco. O Coral Vozes do Quilombo, formado por crianças e adolescentes da comunidade Estivas, será um dos destaques da programação.

Oficinas de dança, percussão, confecção de instrumentos e de jogos, destinadas exclusivamente para pessoas de comunidades quilombolas, indígenas e rurais também são destaques. Já no Polo Quilombo Estivas, os moradores vão conferir a palestra "Rede de Saúde e Cultura: plantas que curam e alimentam", que será ministrada por representantes da Fiocruz e do MinC, na terça-feira (22), das 14h às 17h.

De acordo com Francisco de Assis, articulador regional de Povos Tradicionais e Populações Rurais da Secult-PE, a inclusão de oficinas na programação de polos como Castainho e Estivas, objetiva durante o festival "ampliar conhecimentos, permitir trocas das técnicas e elementos culturais específicos de cada comunidade, além de deixar um aprendizado que possa ser repassado e fortalecido após o festival", comentou.

Também na programação voltada à valorização dos povos tradicionais, há o lançamento do livro "Castainho Contando a História", que acontece na Praça da Palavra (centro), na terça-feira (22). Durante o evento, que começa a partir das 13h, haverá bate-papo com Seu Zé Carlos, liderança do quilombo e membro da Comissão Estadual Quilombola. Já no Quilombo Timbó, acontece de 17 a 26 de julho, a Expedição e Exposição Fotográfica "Instantâneas da África", do fotógrafo Diego Di Niglio.

Programação do Encontro de Povos Tradicionais no Quilombo Castainho:

Terça-feira, 22/7

17h – Grupo Nação Quilombola (Quilombo Tigre)

17h30 – Canto Coral Vozes do Quilombo (Quilombo Estivas)

Quarta-feira, 23/7

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 119 / 2014

Brasília, 14 de julho de 2014.

17h – Grupo de Dança Afro Estrela (Quilombo Castainho)
17h30 – Coco do Mestre Juarez (Quilombo Timbó)

Quinta-feira, 24/7

17h – Coco Castelo Branco (Quilombo do Castainho)
17h30 – Negra-Atitude (Quilombo Estivas)

Sexta-feira, 25/7

14h – Socialização dos Resultados das Oficinas Temáticas
16h – Dança Afro Tigre (Quilombo Tigre)
16h30 – Quilombo Axé (Quilombo do Castainho)
17h – Percussão Afro Estrela (Quilombo Estrela)

Expedição e Exposição Fotográfica “Instantâneas da África”
Local: Quilombo Timbó
De 17 a 26 de julho

Programação de Formação nos Quilombos de Castainho e Estivas:

Oficina de Danças (didática e coreografia)

Local: Quilombo do Castainho
De 21 a 25 de julho
Público: 20 jovens dos cinco grupos de dança dos Quilombos

Horário: 9h às 12h e 14h às 17h (total: 30h/a)
Oficineiro(a): Orunmillá Santana

Oficina de Percussão (Qualificação artística dos grupos)

Local: Quilombo do Castainho
De 21 a 25 de julho
Público: 20 jovens dos cinco grupos dos Quilombos
Horário: 9h às 12h e 14h às 17h (total: 30h/a)
Oficineiro(a): Carlos Henrique (Negro Henrique)

Oficina de Confecção de Instrumentos

Local: Quilombo do Castainho
De 21 a 25 de julho
Público: 15 jovens dos cinco grupos dos Quilombos
Horário: 9h às 12h e 14h às 17h (total: 30h/a)
Oficineiro(a): Afonso Filho (Mestre Afonso)

Oficina Recreativa de Jogos e Brincadeiras

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 119 / 2014

Brasília, 14 de julho de 2014.

Local: Quilombo do Castainho

De 21 a 25 de julho

Público: 80 crianças e adolescentes do Quilombo do Castainho

Horário: 9h às 12h e 14h às 17h (total: 30h/a)

Oficineiro(a): Lucas José e Márcia Maria (Marília Marley)

Palestra "Rede de Saúde e Cultura: plantas que curam e alimentam"

Local: Quilombo Estivas

Data: 22 de julho

Público: Moradores da comunidade

Horário: 14h às 17h

Palestrantes: Gisela dos Santos e Mariana Olívia (Fio Cruz e MinC – Nordeste)



Comunidade quilombola em Itapecuru-Mirim é reconhecida pelo INCRA.

SÍTIO PORTAL DO MUNIN, 13.07.2014

ITAPECURU-MIRIM – Santa Rosa dos Pretos, uma área de 7.496 hectares na cidade de Itapecuru-Mirim, no Maranhão, foi reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como sendo terra das comunidades remanescentes de quilombos. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União de sexta-feira (11). De acordo com o Incra, o processo não tem prazo de conclusão.

A área, que fica a cerca de 96 quilômetros de São Luís, abriga a comunidade quilombola também conhecida como Santa Rosa do Barão. O local está entre outros dois territórios quilombolas, Monge Belo e Filipa, e é atravessado pelas estradas de ferro Carajás e São Luís-Teresina, além da BR-135. Conforme determina a lei, dos 7.496 hectares, 180 serão destinados às faixas de domínio das estradas de ferro, da rodovia federal e das redes de alta-tensão já instaladas na área. Assim, os quilombolas terão o direito de uso e, logo, a posse de 7.316 mil hectares.

No último dia 30, o Ministério Público do Maranhão recomendou que o Incra fizesse a correção de irregularidades identificadas no Projeto de Assentamento Santa Cruz, no município de Capinzal do Norte, no Maranhão. A área é destinada à reforma agrária e parte dela pertence aos remanescentes de quilombos do município.

Existem denúncias sobre a venda irregular de lotes no assentamento, que foram ocupados por pessoas que não possuem o perfil de beneficiários da reforma agrária, destinado apenas aos quilombolas, posseiros e assentados.

Quilombos – Os quilombos surgiram como refúgios de negros que escapavam da repressão durante todo o período de escravidão no Brasil, entre os séculos 16 e 19. Como a função era de esconderijo, tiveram sucesso os locais de mais difícil acesso. Pelo mesmo motivo, se fazia necessário criar laços comunitários e promover uma autonomia para não depender de recursos externos.

Os moradores dessas comunidades são chamados de quilombolas. Depois da abolição, grande parte preferiu continuar nos povoados que formaram. Com a Constituição de 1988, ganharam o direito à propriedade e ao uso da terra em que estavam.

O quilombo mais conhecido, sempre lembrado pelos livros de história, foi Palmares, instalado na Serra da Barriga, atual região de Alagoas, mas pelo menos dois mil outros deram origem a comunidades hoje chamadas de remanescentes de quilombo ou quilombolas. Segundo o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), existem 527 comunidades quilombolas no Maranhão, distribuídas em 134 municípios.



São Paulo vai reconhecer 12 comunidades quilombolas

SÍTIO ID LOCAL, 13.07.2014

Doze comunidades remanescentes de quilombo do Estado de São Paulo serão reconhecidas até dezembro de 2015 pelos governos estadual e federal. Um convênio firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) vai garantir recursos para a regularização das áreas ocupadas tradicionalmente pelos quilombolas.

Equipes das duas instituições iniciaram na quinta-feira, 10, os trabalhos na comunidade de Jaó, em Itapeva, sudoeste paulista, apresentando o projeto aos moradores. Na sequência, os técnicos do Itesp vão elaborar o relatório de identificação dos quilombolas e delimitação do território. Com verba de R\$ 1 milhão, a maior parte repassada pelo Incra, serão pagas as benfeitorias de ocupantes de algumas comunidades, como a de Praia Grande, em Iporanga, no Vale do Ribeira.

Nesse caso, o quilombo está instalado em terras devolutas do próprio Estado e ocorreram conflitos entre os habitantes tradicionais e os ocupantes. Um líder comunitário foi morto em razão da luta pela terra. As outras comunidades a serem reconhecidas são Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima e Sapatu, em Eldorado; Poça, na divisa de Eldorado com Jacupiranga; Pilões, em Iporanga; Ribeirão Grande/Terra Seca, Cedro, Reginaldo e Pedra Preta Paraíso, em Barra do Turvo; e Sertão de Itamambuca, em Ubatuba.

Atualmente, 48 processos de reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas estão em andamento no Incra em São Paulo. Já ganharam o reconhecimento federal as comunidades de Ivaporunduva (Eldorado), Caçandoca (Ubatuba), Cafundó (Salto de Pirapora), Brotas (Itatiba) e Morro Seco (Iguape), mas apenas Ivaporunduva obteve a titulação do território. Outras cinco comunidades - Cambury (Ubatuba), Mandira (Cananeia), Galvão e São Pedro (Eldorado/Iporanga) e Porto Velho (Iporanga) - tiveram o relatório de identificação e delimitação publicados e aguardam a publicação das portarias de reconhecimento.

Nas terras públicas estaduais, a titulação das comunidades é feita pelo Itesp. As comunidades remanescentes de quilombos ganharam o direito ao território com a Constituição Federal de 1988. Em 2003, foi publicado o Decreto 4.887, que regulamentou os procedimentos para reconhecer os remanescentes, que vão desde a identificação das comunidades até a titulação do território e registro em cartório.



Povo das Águas atende ribeirinhos a partir de amanhã

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 13.07.2014

A Prefeitura de Corumbá inicia nesta segunda-feira, 14, mais uma edição da ação social Povo das Águas que, desta vez, vai atender a população ribeirinha residente na parte do baixo Pantanal. Esta é a terceira edição de 2014 e os trabalhos começam pelo Porto da Dona Fátima assistindo aos moradores da região do Formigueiro. Os trabalhos acontecem das 7h às 10 horas desta segunda.

No período da tarde, a partir das 14 horas, a ação será desenvolvida no Porto da Manga até às 17 horas. Na terça-feira, dia 15 julho, o atendimento será no distrito de Porto Esperança. Os profissionais atenderão os ribeirinhos da localidade na Escola Municipal Rural Porto Esperança, das 8h às 12 horas.

No dia 16, quarta-feira, o programa social chega à região de Forte Coimbra. No dia seguinte, 17 de julho, os trabalhos se encerram no Porto Morrinho. Os profissionais estarão no Porto da Odila entre as 8h e 12 horas.

A ação é coordenada pela Secretaria de Governo e integra as secretarias municipais de Saúde, Educação, Assistência Social e Cidadania, da Defesa Civil e da Fundação do Meio Ambiente. Participam do Programa Social médicos, dentistas, enfermeiras, vacinadoras, assistentes sociais, pedagogas, professoras, agentes comunitários de saúde, agentes de endemias, agentes de Defesa Civil, além de agentes ambientais do Município.

Nesta terceira edição do ano, a delegada de Polícia Civil de Corumbá, Joilce Ramos, vai integrar a equipe. Ela vai falar com os ribeirinhos sobre violência doméstica e a Lei Maria da Penha.



Organizado por João Pacheco de Oliveira e Clarice Cohn, "Belo Monte e a Questão Indígena" pode ser baixado aqui

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.07.2014



Está disponível para ser baixado *Belo Monte e a Questão Indígena*, lançamento da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) organizado por João Pacheco de Oliveira e Clarice Cohn. Para acessá-lo, basta clicar AQUI (<http://www.abant.org.br/file?id=1368>). Abaixo, o Sumário da obra.

Sumário

Belo monte e a questão indígena: reflexões críticas sobre um caso emblemático de "desenvolvimentismo" à brasileira, por Bela Feldman-Bianco

Introdução: a ABA e a questão de Belo Monte, por João Pacheco de Oliveira

A produção de um dossiê sobre um processo em curso, por Clarice Cohn

PARTE 1: UMA VISÃO GERAL

CONT.



Planejamento às avessas: os descompassos da Avaliação de Impactos Sociais no Brasil, por Marcelo Montaña

Quanto maior melhor? Projetos de grande escala: uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas econômicos, por Gustavo Lins Ribeiro

Significados do direito à consulta: povos indígenas versus UHE Belo Monte, por Jane Felipe Beltrão, Assis da Costa Oliveira e Felício Pontes Jr.

(Des)cumprimento das condicionantes socioambientais de Belo Monte, por Biviany Rojas

Na luta pelos direitos indígenas: a ação do Ministério Público Federal em documentos selecionados, por Jane Felipe Beltrão, Helena Palmquist e Paulo César Beltrão Rabelo

O contexto institucional da resistência indígena a megaprojetos amazônicos, por William H. Fisher

Pescadores, ribeirinhos e indígenas: mobilizações étnicas na região do rio Xingu: resolução não negociada dos

conflitos na usina hidrelétrica de Belo Monte, por Alfredo Wagner Berno de Almeida e Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Profanação hidrelétrica de Btyre/Xingu: fios condutores e armadilhas (até setembro de 2012), por A. Oswaldo Sevá Filho

PARTE 2: BELO MONTE E A QUESTÃO INDÍGENA

Índios Citadinos de Altamira: lutas, conquistas e dilemas, por Mayra Pascuet e Mariana Favero

Reflexões em torno da vida sociocultural dos Arara da Volta Grande do Xingu frente ao megaempreendimento

da usina hidrelétrica de Belo Monte, Altamira-Pará, por Marlinda Melo Patrício

Os Juruna no contexto da usina hidrelétrica Belo Monte, por Maria Elisa Guedes Vieira

O fim do mundo como o conhecemos: os Xikrin do Bacajá e a barragem de Belo Monte, por Clarice Cohn – UFSCar

Os Arara do Laranjal: uma visão a partir do Iriri, do outro lado da barragem, por Eduardo Henrique Capeli Belezini

PARTE 3: COM A PALAVRA, OS INDÍGENAS

COM A PALAVRA, OS INDÍGENAS: apresentação aos textos, por Clarice Cohn

Entrevista com militante das organizações dos indígenas citadinos de Altamira-PA, por Mayra Pascuet

Desabafo de uma liderança da Terra Wangã-Arara da Volta Grande do Xingu – Altamira-Pará, por José Carlos Arara

Belo Monte de violações, por Sheyla Juruna

Um grande desastre, principalmente para a cultura, por Ozimar Juruna

O processo de construção de Belo Monte na fala de uma jovem Xikrin, por Ngrenhdjam Xikrin

Carta produzida e assinada pelos homens da aldeia Bacajá, Terra Indígena Trincheira-Bacajá, segundo fac-símile

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Vinicius Valentin Raduan Miguel.



Índios se negam a deixar área ocupada em Londrina

SÍTIO XXXXXX, 13.07.2014

Na sexta-feira, na Câmara de Londrina, representantes da Funai, da Prefeitura, do Ministério Público e da própria Casa tentaram convencer os índios kaingang a sair das margens do Ribeirão Cambé na Avenida 10 de Dezembro, onde instalaram barracos há cinco meses para reivindicar a posse do local, onde está o já desativado centro cultural destinado à tribo.

Os indígenas não aceitaram e querem que a promessa do ex-prefeito Barbosa Neto seja cumprida pela administração atual: a construção de 16 casas de passagem no terreno. O problema é que o local é Área de Preservação Permanente (APP) e, por isso, nada pode ser construído ali.



Projeto Quilombos Sustentáveis busca criar segunda geração de políticas de inclusão
SÍTIO IRAJÁ NEWS, 13.07.2014

"A parceira do PNUD com a SEPPIR abre possibilidades para que o Brasil crie o que chamo de uma segunda geração de políticas de inclusão."

A afirmação de Luiza Bairos, a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), resume em poucas linhas os objetivos do projeto Quilombos Sustentáveis, cujos primeiros passos foram dados em 2013, na busca de soluções para desafios sociais, econômicos e ambientais das comunidades quilombolas.

Fruto de uma parceria entre PNUD, Fundação Ford e a SEPPIR, em apoio ao Programa Brasil Quilombola (PBQ), a iniciativa tem a regularização fundiária dos territórios quilombolas como base. Graças a este mecanismo, as comunidades passarão a ter acesso aos direitos de cidadania, beneficiando-se de políticas públicas e realizando projetos com o governo e a sociedade civil.

Em 2013, a compilação de dados nacionais e estaduais permitiu a consolidação de um banco de dados cartográfico dos territórios quilombolas já homologados. Foram identificados 65 territórios, sendo que oito apresentavam pendências na precisão da demarcação de suas áreas. Com o apoio do IBGE, o projeto contou também com a realização do Mapa da Distribuição Espacial da População Segundo a Cor ou Raça - Pretos e Pardos - Brasil.

Entre outras atividades, estiveram o levantamento junto à CONAB sobre o acesso das comunidades quilombolas a mercados institucionais de escoamento de produtos agrícolas e a realização de 13 oficinas de formação sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

"A parceira do PNUD com a SEPPIR abre possibilidades para que o Brasil crie o que chamo de uma segunda geração de políticas de inclusão."

A afirmação de Luiza Bairos, a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), resume em poucas linhas os objetivos do projeto Quilombos Sustentáveis, cujos primeiros passos foram dados em 2013, na busca de soluções para desafios sociais, econômicos e ambientais das comunidades quilombolas.

Fruto de uma parceria entre PNUD, Fundação Ford e a SEPPIR, em apoio ao Programa Brasil Quilombola (PBQ), a iniciativa tem a regularização fundiária dos territórios quilombolas como base. Graças a este mecanismo, as comunidades passarão a ter acesso aos direitos de cidadania, beneficiando-se de políticas públicas e realizando projetos com o governo e a sociedade civil.

Em 2013, a compilação de dados nacionais e estaduais permitiu a consolidação de um banco

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 119 / 2014

Brasília, 14 de julho de 2014.

de dados cartográfico dos territórios quilombolas já homologados. Foram identificados 65 territórios, sendo que oito apresentavam pendências na precisão da demarcação de suas áreas. Com o apoio do IBGE, o projeto contou também com a realização do Mapa da Distribuição Espacial da População Segundo a Cor ou Raça - Pretos e Pardos - Brasil.

Entre outras atividades, estiveram o levantamento junto à CONAB sobre o acesso das comunidades quilombolas a mercados institucionais de escoamento de produtos agrícolas e a realização de 13 oficinas de formação sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Portal Inajá News Fonte: (PNUD)



Área de conflito indígena tem reforço policial da Força Nacional e PM na BA
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.07.2014

Segundo SSP, tropas assumirão comando operacional, que era do Exército. Região de disputa de terra abrange municípios de Buerarema, Una e Ilhéus

Do G1 BA - A Força Nacional e a Polícia Militar reassumiram o comando das operações policiais nas áreas de conflito entre indígenas e produtores rurais, no sul da Bahia, nesta segunda-feira (14). De acordo com a Secretaria da Segurança Pública (SSP-BA), a decisão tomada após reunião do Governo do Estado e o Ministério da Justiça.

Em março, o Exército assumiu o policiamento nos municípios de Buerarema, Una e Ilhéus, após o pedido de aplicação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), feito pelo governador Jaques Wagner ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Segundo a SSP, as tropas deixarão a região em definitivo nesta segunda-feira. No entanto, a assessoria de comunicação do Exército informou que a saída ainda está sendo avaliada, e que terá uma posição até a terça-feira (15).

Segundo a SSP, após reassumir o comando das operações, a Força Nacional, que já disponibilizava um pelotão nas regiões de conflito, irá incorporar mais um grupamento de policiais e reforço logístico. Já o efetivo da PM conta com 130 militares, distribuídos em regime de plantão. Eles irão atuar principalmente na zona rural dos municípios.



Conflito entre indígenas e camponeses gera onda de violência em povoado
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.07.2014

Adital – O Centro de Direitos Humanos Fray Bartolomé de Las Casas (Frayba) denuncia casos de ameaças e tentativa de homicídio contra povos nativos na localidade de Las Margaritas (Estado de Chiapas), situada ao sudeste do México. Segundo a organização, indígenas da etnia Tojolabales, do povoado Primeiro de Agosto, afirmam que têm sofrido ainda provocações e ataques.

As investidas seriam por parte de integrantes da Central Independente de Operários Agrícolas e Camponeses Histórica (CIOAC) e da Aliança de Organizações Sociais e Sindicatos de Esquerda (ASSI), do Campo Miguel Hidalgo. Camponeses e camponesas responsabilizam os representantes desses campos e o governo da entidade pelas agressões, intensificadas desde agosto de 2013.

Em comunicado recente, habitantes do Primeiro de Agosto afirmam que, em 2011, homens, mulheres e crianças solicitaram em assembleia terras para viverem, trabalharem e alimentarem-se. “Durante meses, foram estabelecidos diálogos sem chegar a acordos com as autoridades de Miguel Hidalgo, que os hostilizaram e perseguiram por povoar um terreno baldio de 73 hectares em 2013, em terras recuperadas por zapatistas em 1994”, acrescenta o Frayba.

“Fomos humilhados e nos colocaram para correr de Miguel Hidalgo. Tivemos medo de que nos matassem. Como não temos terreno onde viver e trabalhar para alimentarmos nossas famílias, povoamos, no dia 1º e agosto de 2013, o terreno baldio. Agora, nós estamos trabalhando nele, somos guardiões das terras”, afirmaram os indígenas em documento de denúncia pública assinado por eles.

Habitantes do povoado afirmam que integrantes desses grupos teriam apontado armas de fogo para eles, chegando inclusive a dispararem tiros. Além disso, os índios afirmam terem sofrido agressões verbais; intimidação com paus e facões; sofrido prejuízos em seus terrenos, tendo sido arrancadas as traves de limites, cortados os arames e retirados os grampos do local.

De acordo com Frayba, dentre os graves casos registrados recentemente está o de Arturo Pérez López, ferido com um golpe de facão no pescoço por Aureliano Méndez Jiménez, secretário do Conselho de Vigilância de Miguel Hidalgo. Além disso, a entidade informa que uma mulher de 24 anos de idade, grávida, foi agredida; e um grupo de quatro foi ferido por golpes de cajado e teve roubadas suas roupas e seus alimentos. A organização afirma que os moradores do Primeiro de Agosto solicitam que o Ministério Público tome providências em relação à atual situação da comunidade.

“Os moradores do Primeiro de Agosto reiteram a exigência de seus direitos: ‘necessitamos da terra e pedimos diálogo; que o governo atue de maneira imparcial respeitando nossa posse e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 119 / 2014

Brasília, 14 de julho de 2014.

os integrantes de Miguel Hidalgo nos deixem viver em paz, pois eles têm terra suficiente para viverem. Queremos estar tranquilos com nossas famílias sem mais agressões e ameaças”, divulgou a Frayba.

A comunidade pede a atenção da sociedade civil nacional e internacional, dos organismos independentes de direitos humanos, dos meios de comunicação alternativos e da imprensa nacional e internacional. Além disso, recorrem à Arquidiocese de San Cristóbal de las Casas e “a todas as pessoas honestas do México e do mundo”.



Área de conflito indígena tem reforço policial da Força Nacional e PM na BA
SÍTIO RADAR NOTÍCIAS, 14.07.2014

Nesta segunda-feira (14/07), a Força Nacional e a Polícia Militar reassumiram o comando das operações policiais nas áreas de conflito entre indígenas e produtores rurais. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública (SSP-BA), a decisão tomada após reunião do Governo do Estado e o Ministério da Justiça.

Em março, o Exército assumiu o policiamento nos municípios de Buerarema, Una e Ilhéus, após o pedido de aplicação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), feito pelo governador Jaques Wagner ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Segundo a SSP, as tropas deixarão a região em definitivo nesta segunda-feira. No entanto, a assessoria de comunicação do Exército informou que a saída ainda está sendo avaliada, e que terá uma posição até a terça-feira (15/07).

Segundo a SSP, após reassumir o comando das operações, a Força Nacional, que já disponibilizava um pelotão nas regiões de conflito, irá incorporar mais um grupamento de policiais e reforço logístico. Já o efetivo da PM conta com 130 militares, distribuídos em regime de plantão. Eles irão atuar principalmente na zona rural dos municípios.

Informações: G1



Definida a programação da 66ª Reunião Anual da SBPC

SÍTIO JORNAL BRASIL, 14.07.2014

"Ciência e tecnologia em uma Amazônia sem Fronteiras" é o tema da 66ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que ocorrerá entre os dias 22 e 27 de julho em Rio Branco, no Acre.

O evento contará com 199 atividades e a participação de pesquisadores do Brasil e do exterior, além de gestores do sistema de ciência e tecnologia. Serão 51 conferências, 62 mesas-redondas, 54 minicursos, 16 encontros, sete sessões especiais e cinco assembleias.

Entre os temas a serem discutidos nas conferências estão "Ciência e tecnologia: imperativo para o desenvolvimento brasileiro"; "Serpentes peçonhentas e acidentes ofídicos no Brasil"; "Reservas extrativistas 25 anos depois"; "O Brasil no espaço – As aplicações e os serviços oferecidos por satélites"; "Biodiversidade e sociedades tradicionais na Amazônia"; e "O uso de animais em pesquisas e no ensino", entre outras.

Nas mesas-redondas serão abordados temas como "Amazônia: o desafio de formação e fixação de doutores"; "Os impactos socioambientais da exploração de petróleo e gás de xisto no Acre"; e "O marco civil da internet".

Uma das novidades da reunião deste ano é a realização da SBPC Indígena, que inclui na programação científica debates sobre o universo indígena, como "Os povos indígenas e as políticas públicas", "Índios isolados no Acre", "Os povos indígenas e a universidade – discutindo as possibilidades e as políticas atuais".

Para o secretário-geral da SBPC, Aldo Malavasi, a realização da SBPC Indígena é "um importante canal de interação e troca de conhecimentos".

Haverá, ainda, o "Encontro Transfronteiriço de Povos Indígenas do Brasil-Peru-Bolívia", que contará com a participação de indígenas e especialistas dos três países.

Entre os mais de 50 minicursos que serão oferecidos estão os temas "Astronomia indígena", "Controle da qualidade da água", "A modelagem matemática de fenômenos ligados à degradação por atividade antrópicas em mata Amazônica", "Geologia do petróleo", "DSTs virais e drogas de abuso - como abordar a temática dentro da sala de aula" e "Conversando sobre doenças tropicais".

Os minicursos terão carga horária de oito horas e os que estiverem presentes a pelo menos 75% do curso receberão certificado de participação.

Mais informações e a programação completa estão em <http://www.sbpnet.org.br/riobranco/home/>.

Fonte: Agência FAPESP



Na Costa Rica, comunidade indígena que luta pela restituição de terras é vítima de ataque violento

SÍTIO BRASIL DE FATO, 14.07.2014

No país, a Lei nº 6172 determina que os territórios indígenas são inalienáveis, intransferíveis e imprescritíveis

Da Adital

Um comunicado urgente assinado por mais de 50 organizações sociais e coletivos denuncia a violência cometida dentro do território indígena de Salitre, em Buenos Aires de Puntarenas, sul da Costa Rica, no último dia 05 de julho. Os povos originários da comunidade de Bribri tiveram suas casas queimadas, muitos foram ameaçados com facões e armas de fogo. O motivo principal da violência seria conter e intimidar as famílias indígenas, que lutam pela recuperação total de suas terras.

Na noite de sábado, 05, cerca de 80 homens chegaram à comunidade indígena armados com paus, pedras, armas de fogo e facões, retiraram os indígenas à força de suas casas e as incendiaram. Também bloquearam com areia e pedras a passagem para a comunidade de Cedror, impedindo os indígenas de pedirem ajuda.

Dois dias depois, a situação ainda estava fora de controle e o acesso à comunidade permanecia bloqueado. Mais homens chegaram e, segundo a denúncia, já somavam mais de 100. Os agressores continuaram no território indígena ameaçando e agredindo as famílias sem que houvesse mobilização por parte das autoridades locais. A polícia foi enviada, mas o efetivo não foi suficiente para conter as ações violentas. No comunicado, as organizações denunciam que a intenção da polícia era deixar que os não indígenas agissem. As comunidades de Puente, Rio Azul e Cebror também foram afetadas.

Apenas no dia 08, terça-feira, após várias horas de diálogo, uma delegação do governo local conseguiu o fim do bloqueio ao território indígena de Salitre e da intimidação e violência, que já duravam três dias. Uma comitiva do governo assegurou que iria à comunidade de Bribri para verificar as necessidades da família e iniciar um processo de diálogo, para que a recuperação das terras aconteça de forma pacífica. Contudo, as organizações denunciam que ninguém apareceu no local.

O território de Salitre soma 12.700 hectares, deste total, os indígenas conseguiram 75% e, hoje, vivem em 9.525 hectares que foram recuperados. Na Costa Rica, a Lei nº 6172 determina que os territórios indígenas são inalienáveis, intransferíveis e imprescritíveis, além disso, outros mecanismos internacionais como o Convênio 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a Declaração de Direitos dos Povos Indígenas das Nações Unidas reforçam a autonomia desses povos. Apoiadas nas legislações nacionais e internacionais as famílias de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 119 / 2014

Brasília, 14 de julho de 2014.

Salitre estão se articulando para conseguirem recuperar a totalidade do território, já que são seus donos legítimos.

Organizações, coletivos e movimentos da Costa Rica aderiram a essa luta e pedem respeito aos direitos dos povos indígenas e uma solução definitiva para cessar as invasões, o que só pode ser conseguido com a expulsão de Salitre de todos os não indígenas. Recusam qualquer tipo de negociação, já que o território é do povo Bribri, e exigem segurança e a garantia da integridade física para todos em Salitre.

É pedida proteção especial ao líder indígena Sergio Rojas, um dos coordenadores nacionais da Frente Nacional de Povos Indígenas (Frenapi). Rojas foi alvo de um atentado no qual dispararam contra ele oito tiros, mas saiu ileso. O líder indígena também foi declarado "não grato" por parte da Municipalidade de Buenos Aires.

A comunidade indígena necessita ainda que todas as saídas sejam totalmente desbloqueadas para que a polícia e a Cruz Vermelha possam entrar e todas as pessoas que conseguiram fugir da violência possam retornar para a comunidade.



Comunidade indígena vai ter água potável pela primeira vez em 12 anos

SÍTIO CAPITAL NEWS, 14.07.2014

Em Brasilândia, a 380 km a leste de Campo Grande, a comunidade indígena Ofayé-Xavante poderá receber o seu primeiro sistema de abastecimento de água potável em 12 anos. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) já providenciou o poço artesiano e a rede de abastecimento. A última etapa será a implantação de caixa d'água, em até 60 dias. As informações são do portal do Ministério Público Federal em Três Lagoas (MPF/MS).

Atualmente, os indígenas obtêm água de ocasionais caminhões-pipa, disponibilizados pela prefeitura de Brasilândia, ou recorrem a um córrego poluído da região.

Há 5 anos o MPF solicita a obra à União, sem sucesso. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa), responsável em 2009 pela saúde indígena, alegava que não poderia atuar na área, pois ela havia sido adquirida pelos próprios indígenas, com recursos obtidos em um acordo judicial. Após a primeira recomendação, o processo de licitação chegou a ser aberto, mas foi interrompido quando o Ministério da Saúde assumiu a responsabilidade pela saúde indígena.

Em 2010, a Sesai também alegou que não poderia atuar porque a terra "não era indígena". A secretaria afirmou que só autorizaria a construção após parecer técnico de regularidade da terra indígena. O Ministério Público Federal, então, ajuizou ação civil pública para conseguir o melhoramento na aldeia.

Enquanto a União ficava isenta da responsabilidade, o MPF lembrou no pedido de liminar que os índios continuavam sem acesso à água, estando vulneráveis a doenças e expostos a péssimas condições sanitárias. A ausência de água também prejudica a cultura daquele povo. Devido à falta de água, jovens da comunidade não puderam, segundo o costume, aprender a nadar ou pescar e, pela falta de irrigação, não é possível o desenvolvimento da agricultura indígena na parte baixa da aldeia.

Os Ofayé-Xavante passaram por grandes dificuldades em Mato Grosso do Sul. Ainda no século XIX, grande parte da comunidade foi expulsa pelos colonos que chegavam ao Mato Grosso. O grupo remanescente, que ocupava área na região de Brasilândia, foi expulso da terra em 1978 e se espalhou pelo estado. Oito anos depois, os indígenas atravessaram o estado a pé para retornar às suas terras tradicionais, onde foram recebidos como estranhos. Passaram a ocupar uma área provisória, após acordo com a Funai.

Em 1997, a Companhia Energética de São Paulo (CESP), anunciou a construção da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta no Rio Paraná, que iria inundar a aldeia dos Ofayé. A Cesp e a Funai celebraram acordo para transferir os índios para uma área de 484 hectares – que hoje é a parte alta da aldeia.

Em 2002, o MPF firmou um Termo de Ajustamento de Conduta com a CESP, em que a empresa
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 119 / 2014

Brasília, 14 de julho de 2014.

se comprometia a oferecer uma contrapartida pela inundação da terra indígena. Com os recursos, outra área foi adquirida, tornando-se a parte baixa da aldeia. Atualmente, 60 famílias ocupam pouco mais mil hectares.

Fonte: Alessandra Marimon (Especial para o Capital News - www.capitalnews.com.br)



Dois jogadores alemães compraram terrenos para curtir férias na Bahia

SÍTIO ACORDA CIDADE, 14.07.2014

Índios também festejaram dança indígena feita pelos alemães na final da Copa do Mundo

A taça colocada no gramado, ao centro, e o círculo aberto. Schweinsteiger, Özil, Khedira e todos os outros jogadores começaram a dançar com movimentos firmes para frente e para trás. O mundo inteiro deve ter achado estranha aquela cena, menos os índios Pataxós de Coroa Vermelha, no Extremo Sul da Bahia.

A homenagem aos indígenas de Santa Cruz Cabralia, onde os alemães ficaram hospedados por 33 dias, foi feita logo após a conquista. Repetiram a dança que pede fortalecimento. Mostraram que aprenderam direitinho nos três contatos que tiveram com os índios. Quer dizer, nem tão direitinho assim.

"Olha, eles dançaram meio sem jeito, mas o importante é que dançaram", brincou o cacique José Valério Matos, o Zeca Pataxó. Emocionado, o cacique lembrou dos dois treinos - o primeiro e o último - em que os índios puderam participar e ensinar aos alemães a anguaré, a dança de fortalecimento. Em um terceiro momento, durante uma entrevista coletiva, a Federação Alemã de Futebol também ofereceu aos índios um cheque no valor de R\$ 30 mil.

Em retribuição, na sexta-feira, o cacique prometeu que o pajé da tribo iria organizar uma pajelança para pedir aos deuses indígenas pela Alemanha. A pajelança - ritual que reúne elementos da religiosidade popular, da medicina rústica e de componentes da cultura indígena - foi feita meia hora antes do jogo. Dezenas de Pataxós formaram um círculo em frente à casa do pajé Itambé, onde foi colocada uma TV.

"A pajelança foi muito forte, muito vibrante. Pelo visto deu certo, né?", comemorou o cacique. "E, depois de tudo, ainda assistir eles dançando no campo, com a taça no meio, foi muito emocionante. Estamos muito felizes". O cacique acredita que a passagem dos alemães em Cabralia - e agora a dança feita na final da Copa - vão dar uma visibilidade impressionante à tribo.

Terrenos

Pelo visto, a relação dos alemães com os índios e toda a cidade de Santa Cruz Cabralia não vai terminar com a Copa. Além dos projetos e doações feitas à comunidade, o cacique soube que dois jogadores da Alemanha adquiriram terrenos na Vila de Santo André, onde foi construído o centro de treinamento e hospedagem da delegação.

"Eles gostaram tanto daqui que já compraram dois terrenos. Não foi revelado quem são os

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 119 / 2014

Brasília, 14 de julho de 2014.

jogadores, mas eles vão voltar para curtir férias”, revelou Zeca Pataxó. Os índios também esperam que tanta visibilidade sirva para pressionar o governo na ampliação de suas terras, pondo um fim aos conflitos na região. Aí já é motivo para outra dança. As informações são do Correio.



Agronegócio indígena no Mato Grosso

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 14.04.2014

No Oeste do Mato Grosso, o projeto "Agricultura mecanizada" ensina índios Manoki e Pareci a operar máquinas e equipamentos agrícolas. Desenvolvido há dez anos nas reservas Pareci e Utiariti por iniciativa de quatro associações indígenas, o projeto sofre restrições da Funai e do Ministério Público apesar de beneficiar cerca de três mil índios.

A venda da safra só pode ser feita depois da assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado por exigência do Ministério Público Federal. A renda gerada é usada para a compra de equipamentos, contratação de pessoal para o trabalho nas lavouras e em projetos comunitários visando a melhoria da vida nas aldeias. As máquinas modernas exigem operadores capacitados que fazem um treinamento de uma semana.

"Existe o preconceito de que o índio não quer trabalhar, mas a legislação proíbe agricultura em terra indígena desenvolvida por terceiros. Então estamos buscando a independência para que o índios tenha condições, ele mesmo, de desenvolver agricultura aqui dentro", diz Arnaldo Zunizakae, coordenador do projeto.

Os indígenas cultivam arroz, feijão, soja e milho e os índios que trabalham diretamente na lavoura contam com uma renda, paga pelas associações, que varia de um a três salários mínimos.

Foram investidos 48 mil reais em um curso para capacitar os indígenas. Um grupo de 50 parecis e manokis aprendeu nesta safra a pilotar plantadeiras, colheitadeiras e pulverizadores de última geração.

Ampliação da TI Manoki, já em andamento na Funai, pegará novas áreas agrícolas

Já os indigenista da Funai querem retirar o caráter de agronegócio criando uma associação "sem fins lucrativos" para gerir a operação agrícola dos índios. "Estamos buscando licenciamento dessas áreas para que possamos produzir e comercializar nosso produto, dar uma origem pra esse produto que está sendo desenvolvido aqui dentro das reservas", diz o coordenador.

O Questão Indígena já falou aqui desse projeto de agricultura indígena. Relembre: Um convite ao debate: Conheçam os índios agricultores do Mato Grosso

Enquanto os índios aprendem a plantar, a Funai estuda ampliação das Terras Indígenas Utiariti e Manoki. As ampliações pegarão novas áreas agrícolas abertas com o suor de agricultores não indígenas e as entregarão aos índios agricultores.



Belo Monte: Justiça rejeita pedido para suspensão das obras

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.07.2014

MPF afirmava que tribos indígenas estavam com a estrutura social ameaçada

Jornal Energia

A Justiça Federal rejeitou o pedido do Ministério Público Federal para suspender as obras da hidrelétrica de Belo Monte (11.233MW), na região do Xingu, no Estado do Pará, ou condenar a Norte Energia, construtora do empreendimento, a indenizar os índios das etnias Arara e Juruna, além dos ribeirinhos da Volta Grande do Xingu.

Segundo a ação do MPF, os Jurunas estariam com sua estrutura social ameaçada e os Araras enfrentariam dificuldades de acesso à água potável devido a um suposto [sic] rebaixamento do lençol freático. A sentença foi proferida pela 9ª Vara do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de Brasília (DF), que considerou as alegações inconsistentes.

A Norte Energia contestou os argumentos declarando cumprir com as condições impostas no licenciamento ambiental do empreendimento. Na defesa, a empresa ainda garantiu que não haverá remoção de áreas indígenas e encaminhou informações sobre o Projeto Básico Ambiental de Componente Indígena (PPBA- CI).



Eunápolis: MST realiza encontro regional

SÍTIO TOPA TUDO NEWS, 14.07.2014

Durante o encontro com mais de 400 educadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), realizado no final de semana passado, em Eunápolis, extremo sul da Bahia, o deputado federal Valmir Assunção (PT) defendeu a criação de novas políticas de inclusão produtiva para agricultores familiares, produtores rurais assentados de reforma agrária, indígenas e quilombolas.

De acordo com o petista, essas propostas foram apresentadas pelo candidato ao governo da Bahia, Rui Costa (PT), em seu Plano de Governo Participativo e sugerem também ações para o fortalecimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para beneficiar diretamente mais de 500 mil trabalhadores do campo na Bahia.

O estado possui hoje o maior número de agricultores familiares do país, cerca de 620 mil, e tem mais de 25 mil famílias vivendo em acampamentos demandando terras. Ainda segundo Valmir, a proposta de Rui Costa (PT) indica ainda a criação do Serviço de Atendimento ao Produtor Rural, considerada um dos exemplos do comprometimento do projeto petista com a população do campo e das comunidades tradicionais de fundo e fechos de pasto e quilombolas do estado.